



## A temática étnico-racial na formação de professores: um estudo de caso no curso de Pedagogia no Noroeste de Minas Gerais

*Ethnic-racial thematic in teacher training: a case study in the Pedagogy course in Northwest Minas Gerais*

*Thématique ethnique-raciale dans la formation des enseignants: une étude de cas dans le cours de Pédagogie dans le nord-ouest du Minas Gerais*

Maria Célia da Silva Gonçalves<sup>1</sup>  
Università degli Studi Del Sannio

Luiz Síveres<sup>2</sup>  
Universidade Católica de Brasília

**Resumo:** O artigo tem por objetivo investigar se as disciplinas de Educação étnico racial e História e cultura afro-brasileira, inseridas nas grades dos cursos de Pedagogia de duas IES localizadas no Noroeste de Minas Gerais contribuem para que os futuros professores construam saberes necessários para uma prática pedagógica antirracista. A pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa. Os pesquisadores entrevistaram 74 alunos do 8º período dos cursos de Pedagogia. Os dados colhidos em campo sinalizam para um avanço na aplicação das Leis 10.639/03 -11.645/08, no entanto, evidenciam a necessidade de continuidades nos projetos educacionais para que a mentalidade antirracista seja internalizada na sociedade local.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Educação Étnico racial. Leis 10.639/03 e 11.645/08.

**Abstract:** The article aims to investigate whether the disciplines of racial ethnic education and Afro-Brazilian history and culture, inserted in the Pedagogy courses of two IES located in the Northwest of Minas Gerais, contribute for the future teachers construction of the necessary knowledge for a anti-racist pedagogy practice. The research was carried out in a qualitative modality. The researchers interviewed 74 students from the 8th period of Pedagogy courses. The data collected in the field signalize an advance in the application of Laws 10.639 / 03 - 11.645 / 08, however, they show the need for continuities in educational projects so that the anti-racist mentality is internalized in the local society.

**Keywords:** Teacher training. Ethnic racial education. Laws 10.639/03 and 11.645/08.

**Résumé:** L'article vise à déterminer si les disciplines de l'éducation raciale ethnique et de l'histoire et de la culture afro-brésiliennes, insérées dans les cours de pédagogie de deux

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em Economic History Department of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO-(Benevento, Italy).Visiting Professora da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. *E-mail:* [mceliasg@yahoo.com.br](mailto:mceliasg@yahoo.com.br). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9176266551850173>. *ORCID* <https://orcid.org/0000-0002-5449-6916>.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Educação e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Pró-Reitor de Extensão, de Pesquisa e Pós-graduação e, atualmente, é Professor/Pesquisador Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília. *E-mail:* [luiz@ucb.br](mailto:luiz@ucb.br); [luiz.siveres@gmail.com](mailto:luiz.siveres@gmail.com). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8796354657782724>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-4735-6066>.

établissements d'enseignement supérieur situés au nord-ouest du Minas Gerais, contribuent pour eux à construire les connaissances nécessaires à une pratique pédagogie antiraciste. La recherche a été menée selon une modalité qualitative. Les chercheurs ont interrogé 74 étudiants de la 8e période des cours de pédagogie. Les données collectées sur le terrain signalent une avancée dans l'application des lois 10.639 / 03 -11.645 / 08, cependant, elles montrent la nécessité de la continuité des projets éducatifs afin que la mentalité antiraciste soit intériorisée dans la société locale.

**Mots clés:** Formation des enseignants. Education raciale ethnique. Lois 10.639/03 et 11.645/08.

---

**Recebido em:** 26 de junho de 2020

**Aceito em:** 27 de julho de 2020

---

## Introdução

A educação na contemporaneidade possui, dentro tantos, um grande desafio para se desenvolver no viés da emancipação do gênero humano acerca da questão racial: a educação plena das relações étnico-raciais. Em 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou a Lei 10.639/03, alterando a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Tal alteração se concretiza como um marco legal no redimensionamento do ensino no que se refere à obrigatoriedade da temática racial no contexto educacional.

Esta Lei resulta da luta dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro e de Ações Afirmativas que, foram e estão sendo implantadas no cenário nacional nas últimas décadas. Deriva também da lacuna historicamente construída no âmbito educacional com relação aos conteúdos escolares ligados à história e cultura afro-brasileira e que apontam para a importância da mesma na construção da identidade nacional, além ainda, de ampliar a discussão por meio dos debates acerca da questão racial.

O universo da pesquisa aqui apresentada foi constituído por duas Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de licenciatura e são as maiores responsáveis pela formação dos professores no Noroeste Mineiro<sup>3</sup>. Uma delas se localizada no município de Paracatu e a outra em João Pinheiro. A amostra foi constituída por setenta e quatro alunos concluintes do curso de Pedagogia que estavam cursando a disciplina de *Educação das Relações étnico-raciais* no ano de 2018. As duas instituições inseriram as disciplinas nas grades de todos

---

<sup>3</sup> O Noroeste de Minas abrange uma área de 60.906,30 Km<sup>2</sup> e é composto por 22 municípios: Chapada Gaúcha, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Urucuia, Varjão de Minas e Vazante. A população do território é de 313.495 habitantes, dos quais 82.938 vivem na área rural e possui 14 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,73. **Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

os seus cursos logo após a publicação da referida lei, portanto já contam com alguns anos de experiência no ensino de Educação étnico racial e História e cultura afro-brasileira.

Paracatu, uma das duas cidades selecionadas para o levantamento de dados, se caracteriza por ser uma cidade colonial do século XVIII e que compôs o mapa da mineração nas Minas Gerais. Já a segunda cidade, João Pinheiro, se caracteriza pela sua jovem construção enquanto município autônomo, afinal, há pouco mais de 100 anos ela possuía o seu território sob jurisdição da prefeitura de Paracatu, isto é, João Pinheiro era distrito de Paracatu. Esses dois municípios são herdeiros das culturas, tradições, religiosidades e culinárias proveniente da chegada dos negros no Brasil. Paracatu de acordo com o IBGE (2011) tem uma população formada de 80% de negros e pardos, portanto faz-se necessários estudos voltados para a efetivação da Lei. 10.639/03.

As faculdades que fundamentam os dados dessa pesquisa, são duas instituições que trabalham, quase que exclusivamente, com a formação de professores. A faculdade do município de Paracatu foi criada no final da década de 1980, e oferecia os cursos de História e de Pedagogia. Posteriormente participou da formação de professores em serviços por meio de um contrato com o governo do estado de Minas Gerais, o denominado *Projeto Veredas*. Esse projeto, se dedicou à formação de professores no Norte de Minas, especificamente na região do dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A faculdade João Pinheiro, criada em 2002, iniciou suas atividades com a formação de professores de Educação Física e, posteriormente, inseriu na sua grade de cursos: a) História; b) Geografia; c) Letras; d) Biologia; e) Matemática; f) Química. G) Normal Superior (que se transformaria no curso de Pedagogia, objeto desta pesquisa).

As duas instituições são responsáveis pela formação da maioria dos docentes em exercício na atualidade no Noroeste de Minas, mesmo diversificando a sua grade de cursos de graduação, as duas universidades ainda mantem os cursos de licenciaturas. A amostra da pesquisa se centrou nos concluintes do curso de Pedagogia. A justificativa da escolha do curso de Pedagogia como campo para levantamento de dados se centra no intenso debate sobre a importância da formação de professores para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os objetivos desse estudo se centram em: a) investigar se as disciplinas de Educação étnico racial e História e cultura afro-brasileira, inseridas nas grades dos cursos de formação de professores de duas IES pesquisadas contribuem para que os professores em formação construam saberes necessários para uma prática pedagógica efetiva no combate ao racismo e ao preconceito racial; b) avaliar se a disciplina colabora para romper com o silenciamento em sala de aula; c) averiguar se as IES investigadas trabalham sistematicamente com o conteúdo,

pesquisar como os professores de educação étnico racial instrumentalizam seus alunos, futuros professores, para um trabalho sistemático com o conteúdo na Educação Básica.

O tema faz-se sumamente importante no contexto educacional, pois o marco legal supracitado oferece para o cenário educacional o cumprimento de uma obrigatoriedade com temáticas até então não inseridas nos currículos das Universidades, obrigando o Estado a investir na realização de pesquisas, produção e material de apoio aos professores e na formação inicial e continuada.

A metodologia utilizada ancora-se nos preceitos da pesquisa qualitativa. A opção por essa metodologia deve-se ao fato dos pesquisadores estarem envolvidos com os alunos pesquisados, quer seja como docente ou como referência de leituras na formação de professores. Como estratégia optou-se por uma entrevista semiestruturada. Os alunos foram convidados, pessoalmente, para participarem da pesquisa. O convite foi prontamente aceito por todos (setenta e quatro alunos), foi marcada o dia, e as entrevistas (estruturadas) se realizaram nas dependências das respectivas faculdades. Todos os alunos assinaram os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, as identidades foram mantidas em sigilo e os resultados se encontram analisados nesse trabalho, os alunos foram numerados de 01 a 74. A amostra dos participantes da pesquisa contou como fator de inclusão ser aluno do oitavo período do curso de Pedagogia, portanto já terem cursados as disciplinas de Educação étnico racial e História e cultura afro-brasileira.

O artigo que se segue busca responder os seguintes questionamentos: de que forma as instituições de ensino superior da Região Noroeste tem contribuído para a formação de professores de modo a viabilizar reflexões sobre a questão étnico-racial, instrumentalizando-os para atuar no campo educacional e contribuir para uma educação antirracista? Quais as representações dos acadêmicos sobre a relevância deste conteúdo na sua formação? De que forma o trabalho realizado com o público-alvo contribuiu para que os acadêmicos (re)pensassem sobre o papel da escola e do professor no combate ao racismo e o respeito à diversidade? Como foi abordada a questão da prática pedagógica e as metodologias que podem ser utilizadas para a efetivação de uma educação antirracista na Educação Básica?

### **1-A educação das Relações étnico-raciais enquanto uma conquista obtida no século XX**

Conforme Cavalleiro (1998) é importante refletir sobre educação e a sua influência na formação de sociedade, plural e, ao mesmo tempo, singular. Reveste-se de urgência ao pensar sobre as questões étnicas ao analisar o índice de negros no Brasil, afinal, conforme Rafael Sanzio dos Anjos (2006), menciona em sua pesquisa, a maior nação negra do planeta fora do

continente africano, equivalendo a 46,7% de pardos e 8,2% de negros, segundo dados do PNAD (2016), é o próprio Brasil. No tocante aos direitos e conquistas dos negros no Brasil, é relevante pensar como a luta dos negros e negras se constituiu ao longo da trajetória e, como consequência, a adoção de políticas públicas e ações afirmativas em prol da promoção da igualdade racial e do repensar o papel do negro na sociedade brasileira.

Uma das grandes conquistas obtidas no século XX pelo Movimento Negro em articulação com a própria população negra, é a educação das Relações étnico-raciais, como bem evidenciado por Pereira (2016):

Essa construção foi possível, em grande medida, graças às articulações estabelecidas, especialmente a partir dos anos 1980, entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e/ou organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como deste com partidos políticos e organizações da sociedade civil. (p. 15).

Entre os espaços de luta da população negra em prol da conquista dos direitos, pode-se destacar a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU). Uma articulação nacional que muito contribuiu para fortalecer o poder político do movimento no Brasil. O MNU estabeleceu como uma de suas áreas de atuação, a abordagem do ensino de História, reivindicando a avaliação do papel do negro na construção histórico-social do Brasil. Domingues (2007) afirmou que em 1982, no seu Programa de Ação, o MNU apresentava algumas reivindicações consideradas mínimas, entre elas, a inserção da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares.

Observa-se, neste sentido, a preocupação específica em (re) avaliar o papel do negro na trajetória histórica brasileira e sua inserção no contexto educacional, compreendendo o papel da educação no contexto de formação da sociedade. Cavalleiro (2006) ao analisar essa trajetória afirmou que “no percurso trilhado pelo Movimento Negro Brasileiro, a educação sempre foi tratada como instrumento de grande valia para a promoção das demandas da população negra e o combate às desigualdades sociais e raciais” (p. 19).

Nessa perspectiva de luta antirracista protagonizada por diversos ativistas, intelectuais e integrantes de movimentos como o supracitado, pode-se afirmar sua contribuição para a implementação da legislação e adoção de políticas públicas e ações afirmativas que foram/estão sendo implantadas na sociedade brasileira desde o fim do século XX.

Como um dos frutos dessa busca de conquista, a Constituição Brasileira de 1988 determinou, em seu artigo art. 242 § 1º que, “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.” A Carta Magna apresentou um avanço no campo educacional em relação ao reconhecimento das

diferentes etnias na formação do Brasil, levando-se em conta as que a antecederam, as quais não mencionaram direitos e garantias aos negros em relação ao campo educacional e valorização da cultura. Observa-se, porém, que ainda permaneceu um distanciamento entre o texto constitucional e a prática cotidiana do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino no Brasil.

Ao proceder a uma releitura dessa trajetória histórica, pode-se perceber que, diversas foram/são as contribuições e desafios encontrados desde a luta pela criação das leis a sua efetiva implantação nos diversos espaços educativos e modalidades de ensino. Ainda hoje se constitui em um desafio a ser superado, entendendo que, o racismo e a discriminação, ainda permeiam no seio da sociedade brasileira.

Ainda nos dias de hoje, é de extrema importância o olhar atento e crítico ao processo de criação da Lei 10.639/2003, promulgada no início da gestão do Presidente Lula, alterando a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996 e determinando a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira na educação em todo território nacional. Esta lei constituiu-se em um marco em relação aos dispositivos legais para valorização de toda uma parcela da população brasileira historicamente excluída e da qual se fazia tabula rasa no contexto educacional

Para viabilizar a implantação da mesma, foram criadas em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, visando orientar e estabelecer diretrizes no âmbito educacional para a devida inserção da mesma no currículo das Instituições Educacionais no Brasil. O Conselho Nacional de Educação apresentou um Parecer elaborado pela Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, integrante do Conselho Nacional de Educação.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações atrativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade para, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos - para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

Assim, pode-se perceber que há uma preocupação com a educação, o estabelecimento de diretrizes para o ensino e como a mesma deve contribuir para a formação dos discentes,

viabilizando condições de fortalecimento identitário e de seu pertencimento etnicorracial, sendo de fundamental importância a adoção da temática no Projeto Político Pedagógico, nos currículos e a execução de propostas pedagógicas que contemplem a diversidade étnica e racial em todos os níveis e modalidades no contexto educacional brasileiro.

Foi estabelecido que seria responsabilidade dos sistemas de ensino, “no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das Diretrizes. ” Este consistiu em outro desafio, pois, fez-se necessário que incluísse a temática nos currículos das IES e proporcionasse condições de reflexões dos professores em formação inicial e continuada.

Conforme estabelecido nessas diretrizes (2004, p. 17):

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Assim, fez-se necessário reavaliar a forma como se estuda e se ensina a história do Brasil e as consequências dessa prática na formação do aluno, sendo estabelecido que essa mudança de postura seja colocada em prática no contexto educacional, redimensionando os currículos e valorizando a diversidade étnica, cultural, social e econômica da população brasileira.

As políticas públicas adotadas então, fez com que se voltasse também à atenção para o papel das IES e a forma como essas contemplavam/contemplam a temática em seu currículo e no PPC dos cursos, levando em consideração que, os docentes que atuam na Educação básica, devem ter em sua formação acadêmico/profissional reflexões que viabilizem a aquisição de saberes necessários à sua atuação docente de forma a atuar em prol de uma educação antirracista. A aquisição desses saberes como se propõe a partir da mudança na legislação brasileira, devem contribuir para repensar o papel da educação na formação de uma sociedade mais justa e democrática, que leve em consideração e valorize as diferentes contribuições na formação da sociedade brasileira.

Em 2008 foi promulgada a Lei 11645 que incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Observa-se assim que, legalmente, o currículo oficial da rede de ensino brasileira deve contemplar a temática, apresentando o

entendimento de que, tanto os negros quanto os índios, possuem problemas semelhantes, apesar dos diferentes contextos e vivências.

No entanto, observa-se ainda que são muitas as metas a serem alcançadas, uma delas, é a formação dos professores que atuam na educação básica de modo que, estes venham colaborar para uma educação que valorize as diferentes contribuições para a emancipação da sociedade brasileira. Esta afirmação se fundamenta na análise dos resultados da pesquisa realizada com acadêmicos do curso de Pedagogia.

## **2. Análise dos resultados e discussão dos dados**

Para a realização dessa sessão foram entrevistados setenta e quatro alunos concluintes do curso de Pedagogia de duas faculdades particulares situadas no Noroeste de Minas Gerais, (35 pertencentes a faculdade de Paracatu e 39 de João Pinheiro). Os dados foram categorizados e se encontram analisados a luz dos teóricos que abordam a questão e ou a formação de professores e ou a implantação da lei.

A primeira pergunta da entrevista objetiva identificar se os formandos conheciam as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Os dados sinalizam que a necessidade de repensar o processo de formação dos acadêmicos, além ainda de promover um conhecimento das leis mencionadas anteriormente, assim como suas efetivações nas práxis dentro da sala de aula, afinal, apenas 45% dos entrevistados declararam conhecer parcialmente as leis, 35% afirmam conhecem e 20% são categóricos em dizer desconhecerem o conteúdo das leis.

Trabalhar com essas leis nos cursos de Pedagogia cumpre com o objetivo de formar um professor livre de preconceitos e de distorção histórica, fato que proporcionará ao longo do tempo uma sociedade mais justa e democrática, que prime pelo respeito à pluralidade étnico-racial-cultural presentes entre a população brasileira.

Autores como, Petronília Silva (2013) e Nilma Lino Gomes (2013) afirmam a urgência de um trabalho de sensibilização concomitante entre os órgãos educacionais e a participação efetiva dos professores para que estas leis sejam de fato efetivadas, criando a possibilidade dos alunos se enxergarem com parte constitutiva de uma sociedade multirracial e se identificarem com a história do país.

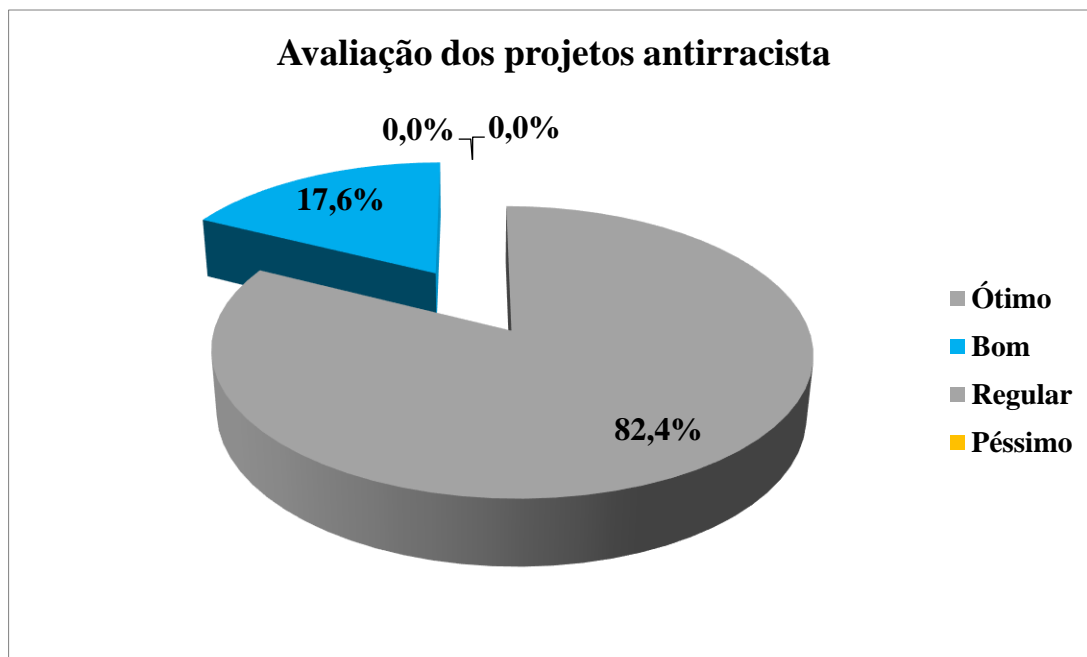
Sobre o papel da universidade, Síveres (2006), escreve que a IES tem como objetivo e função social “de problematizar a realidade, construir conhecimentos inovadores para o encaminhamento de soluções e contribuir com o desenvolvimento da sociedade” (p. 134). Portanto, faz-se necessário que as faculdades pesquisadas assumam o seu papel em discutir e debater a problemática de uma educação antirracista, assim como de formar novos professores instrumentalizados no noroeste de



Minas Gerais, efetivando-se assim uma educação transformadora e mais democrática, para melhorar a vida dos indivíduos pertencentes à esse grupo.

Dando prosseguimento às entrevistas foi também perguntado aos alunos concluintes do curso de Pedagogia como eles avaliam a qualidade das aulas e dos projetos de Educação antirracista propostos pela sua IES. A seguir categorizamos as respostas dos formandos:

**Gráfico 1:** Avaliação dos projetos antirracistas.



**Fonte:** pesquisa direta.

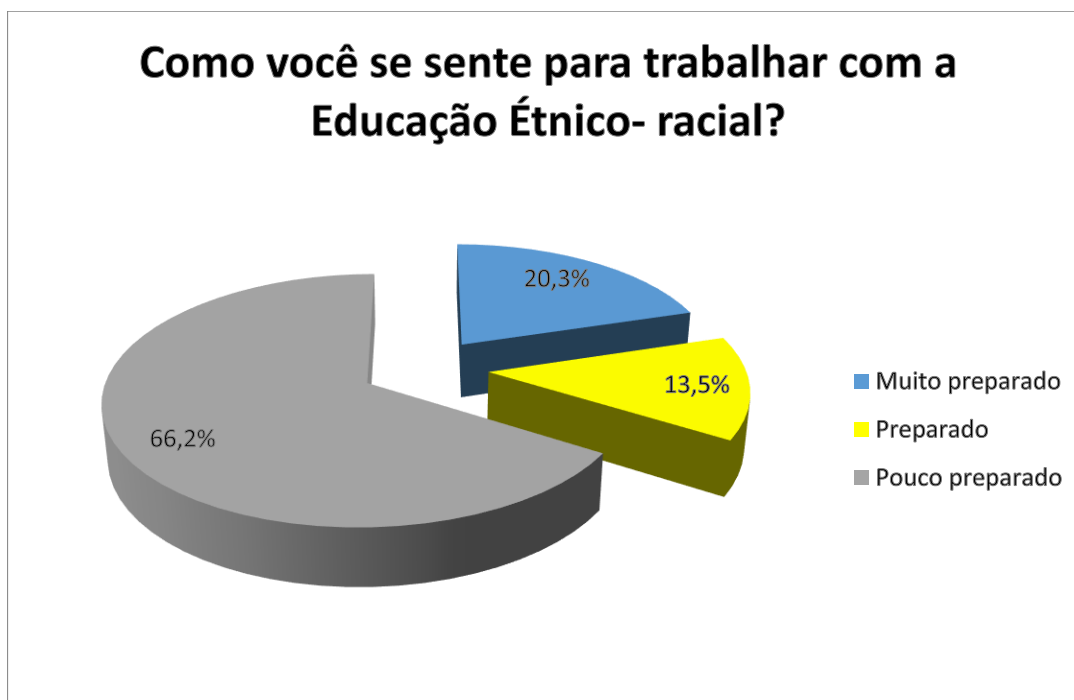
Como pode ser visualizado no gráfico acima, 82,4% dos alunos consideram os projetos desenvolvidos pelas IES como ótimo e 17,6 avaliaram os referidos projetos como bons, nenhum aluno julgou os trabalhos como regular ou péssimo.

O grande desafio da universidade com a efetivação da Leis 10.639/03 é promover o conhecimento das diferentes raízes que constitui a cultura e a história brasileira. De acordo com Petronília Silva (2013), as IES não devem apenas ensinar novos conteúdo, mas sim constituir inovações nas posturas diante da vida, do mundo e da sociedade múltipla como é o caso da brasileira. De acordo com a autora citada, é necessário sempre esse movimento de perguntar onde nós chegamos e a onde nós queremos chegar como a efetivação dessa lei para que a universidade não ofereça novas possibilidades de configurações para o “Mito da Democracia Racial”, afinal, o enfrentamento ao racismo não deve se concretizar apenas no meio acadêmico, mas sim no dia a dia de todos os indivíduos sociais.

Foi perguntado aos alunos como eles se sentem (muito preparado; preparado; pouco preparado) para trabalhar com a Educação Étnico-racial e que eles apontassem de que

forma, a educação pode contribuir para uma prática educativa que promova a igualdade e o respeito às diferenças. Abaixo apresentamos algumas das respostas que consideramos mais ilustrativas da visão dos alunos pesquisados:

**Gráfico 2:** Como você se sente para trabalhar com a Educação Étnico- racial?



**Fonte:** pesquisa direta.

Os resultados são gratificantes para as intuições pesquisadas, 66,2 % dos formandos declaram se sentirem muito preparados para trabalharem com a Educação Étnico-racial. 20,3% se sente preparados e apenas 13,5% disseram que não se sentem preparados para a função, apesar de ser a minoria, é necessário aprofundar os projetos de educação antirracista na formação dos futuros professores. Diante desses resultados apresentados pelos alunos é possível perceber que as duas instituições pesquisadas vêm se esforçando para inserir no seu cotidiano a educação Étnico- Racial, mas que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que todos os alunos e futuros professores se sintam efetivamente preparados para o exercício da função de ensinar no viés da emancipação humana e de uma educação antirracista.

Nessa direção, Petronília Silva (2013) afirma que, existem professores que se recusam a aplicarem as pedagogias antirracistas, ela reconhece que não são processos fáceis e que geram reações nos próprios estudantes, afirmando, nessa perspectiva, o papel da universidade com a promoção dos estudos das histórias e culturas negras e indígenas para que se efetive uma pedagogia da equidade, antirracista.

Em relação aos apontamentos acerca da forma como a disciplina contribui para sua formação, os acadêmicos afirmaram que:

*Considero esta proposta muito importante para a educação e para nós professores. E acredito que possa contribuir de forma significativa para a educação através de projetos que estimule os direitos e os valores, assim como a igualdade e o respeito, mas acima de tudo que se faça valer a valorização de si próprio e de sua cultura. (Entrevistado 01)*

*A educação pode contribuir para as pessoas terem respeito ao seu próximo sem discriminar qualquer indivíduo na sua forma de ser, mostrando que somos todos iguais de formas diferentes de cor e sempre mostrar que podemos vencer o racismo para que tenha respeito e igualdade entre nós. (Entrevistado 05)*

*Formando professores capacitados e bem informados para trabalharem essa questão, pois surgem muitas questões polêmicas e o professor precisa estar preparado para informar, para que não gere desconforto entre os alunos. A partir do momento em que o aluno teve a informação de sua cultura, ele tem capacidade de se defender das questões racistas. (Entrevistado 06)*

A fala os alunos vão de encontro ao que foi preconizado por Petronília Silva (2013) pois ela considera o conhecimento da história dos povos negros e indígenas centrais na formação de professores e salienta que ainda hoje os currículos escolares estão mais centrados no ensino da história do Ocidente atribuindo um papel de exclusão ou de importância menor aos povos africanos. Ela enfatiza que uma forma de instrumentalizar o professor, seria construindo a prática dos estudos dos documentos oficiais, como as diretrizes curriculares nacionais. A pesquisadora salienta que grande parte dos professores desconhece os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Ainda sobre essa categoria os alunos continuaram afirmando:

*Através de reflexões pautadas nos valores, e o principal deles é o respeito. O respeito pela cultura, o respeito às diferenças, o saber viver e conviver acima de tudo ser tolerante para que se construa uma cultura de paz. (Entrevistado 10)*

*Enquanto houver discriminação pela cor, pela diferença e não o respeito mútuo, sempre haverá guerras. Trabalhando a consciência das crianças desde a educação infantil até o ensino superior, se houvesse um projeto de trabalho sério nas escolas não haveria no século XXI nenhum tipo de preconceito. (Entrevistado 13)*

*Há muitos anos o negro, índio, entre outros, foi considerado pelo homem ser “diferente” dos demais. A sociedade desde então ensinou a gerações e gerações a agir da mesma forma, sendo preconceituosa, desumana, injusta. Mas a educação possui armas para combater esses preconceitos criados pelo homem branco. Trabalhar a cultura negra na escola era tema fragilizados de pouca importância, embora vagamente era lembrado os escravos e índios, quando lembrados não era para fazer parte da cultura social, mas sim, para servirem de bastidores para outros contracenarem. Na educação atual, isso precisa ser diferente. [...] (Entrevistado 21)*

*A educação pode ser transformadora e libertadora de preconceitos, especialmente para os alunos [...] mostrando que todos são descendentes de negros e indígenas [...] (Entrevistado 38)*

Nas representações dos entrevistados foi evidenciado o papel da educação como forma de eliminar ou minimizar o racismo e preconceito em sala de aula. Como observa Gomes (2005, pp. 51-52) “é preciso falar sobre a questão racial, desmistificar o racismo, superar a discriminação racial. Diferentemente do que alguns pensam, quando discutimos publicamente o racismo não estamos acirrando o conflito entre os diferentes grupos étnico/raciais”. Na realidade, o silenciamento sobre essa questão, reforça a existência do racismo, discriminação e desigualdade racial. Petronília Silva (2013) alerta que nem sempre o projeto de sociedade da grande maioria dos professores em exercício não é centrado em uma educação antirracista efetivamente e, para uma mudança estrutural, seria necessário que os professores vivessem efetivamente esse projeto. Para ela o mais difícil é concretizar as leis que dizem respeito à educação, porque eles mechem no projeto de sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar o papel da universidade enquanto formadora dos futuros professores responsáveis pela transformação fenomênica do racismo, preconceito e exclusão social no Noroeste de Minas Gerais, pois:

*Cabe à universidade a missão de restabelecer um clima de encantamento social, restaurar o vínculo educacional e reafirmar a aliança com a cultura. Na medida em que a universidade for capaz de inaugurar um modelo encantador, vinculante de cooperação, ela poderá ser uma instituição consciente e relevante para o aperfeiçoamento pessoal e social, e será a energia potencializadora dos movimentos históricos e culturais. (SIVERES, 2006, p. 18).*

Esse deve ser o principal foco a ser considerado pelas políticas para a formação docente, haja vista que a educação deve defender os direitos fundamentais do educando e do educador, condizendo com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos por uma educação de qualidade que prepare plenamente o ser humano.

Foi perguntado aos entrevistados, se, em sua opinião, há racismo na nossa sociedade, e por consequência, na escola. De que maneira, o professor contribui para minimizar situações de racismo e preconceito no espaço escolar? Abaixo elencamos algumas respostas:

*Há racismo sim na sociedade, pois somos influenciados pelo meio que vivemos, e na escola não é diferente. Os alunos têm preconceitos com a cor, peso, altura, modo de andar e acabam discriminando o próximo. (Entrevistado 40).*

*Sim, pois muitos já trazem um preconceito de casa e em consequência disso acabam colocando em prática na escola. Com isso o professor pode montar trabalhos em grupos de maneira que mostre aos alunos que não se pode viver com o racismo. (Entrevistado 42).*

*Em parte, sim. Porque há muitas escolas que ainda hoje não trabalham a educação antirracista e assim não expõe de forma clara a necessidade de respeitar o negro e suas experiências. O professor como mestre de seus alunos, pode trabalhar por meio de dinâmicas, histórias e muitas outras estratégias para que o racismo seja minimizado. (Entrevistado 45).*

*Com experiências pessoais, posso afirmar que existe sim preconceito racial na nossa sociedade. Sabemos que a sociedade é refletida na escola e os ambientes educativos são além dos lócus, um disseminador do preconceito. E o educador pode promover projetos de conscientização sobre o tema e transformar a situação. (Entrevistado 46).*

*Sim, há racismo na sociedade, por esse motivo ocorre situações de conflitos nas escolas, tudo que ocorre em casa ou na comunidade vai para o ambiente escolar. O educador pode trabalhar projetos, rodas de conversas e palestras para minimizar os conflitos na escola. Ao discutir o tema fica mais claro e o educador pode mediar a convivência harmoniosa. (Entrevistado 49).*

Petronília Silva (2013) enfatiza que para superar o racismo é necessário ensinar a história e cultura afro-brasileira e africana centradas na problemática do diálogo. E que o diálogo dever acontecer entre as culturas, promovendo o conhecimento das africanidades e principalmente das religiosidades africanas. Certamente o desconhecimento do outro, da diferença é o que promove o racismo. Neste sentido elencamos mais algumas definições de racismo elaborados pelos alunos entrevistados:

*Sim, há muito racismo na sociedade e muitas vezes é gerado nas escolas. Sendo que acredito que na maioria das vezes o racismo começa em casa. O trabalho do professor é sem dúvidas essencial para minimizar essa situação, pode ser por meio de projetos onde os alunos conheçam a história das culturas, das raças, pois com o conhecimento os alunos podem entender que no país em que vivemos há uma grande mistura e variedade de raças e que cada uma tem a sua forma de viver e cada uma tem sua beleza. E assim eles passam a respeitar a todos. (Entrevistado 53).*

*Infelizmente o racismo sempre existiu na sociedade. E acredito que sempre haverá. Em todos os âmbitos pode-se perceber o racismo. Na escola não é diferente, percebemos isso frequentemente. O professor poderá contribuir de várias maneiras, promovendo projetos, trabalhando valores na sala de aula; através de palestras com profissionais diversos. E o mais importante em minha opinião é o próprio exemplo do educador. (Entrevistado 54).*

*Em minha visão acredito que há sim racismo na nossa sociedade, pois pode se perceber que nos meios de comunicação e até ao nosso redor deparamos com algumas notícias que é relacionada ao racismo, tais como o exemplo da funcionária doméstica, infelizmente ainda existem patrões que tem racismo e não querem uma negra para trabalhar em suas casas. Ressalto que na escola também há racismo, pois em pleno século XXI existem pais que não aceita ou gosta que seus filhos que são brancos andem ou conversem com crianças negras, principalmente as de origem humildes. Sendo assim, cabe ao educador juntamente com outros profissionais da escola trabalhar com projeto, palestras e atividades lúdicas relacionados ao racismo e preconceito escolar, para que assim a educação possa alunos com valores primordiais na sociedade. (Entrevistada 56).*

*Sim há racismo na sociedade, mas não é consequência das escolas, elas trabalham as diferenças e quando acontece algum tipo de bullying procuram resolver o problema. (Entrevistado59).*

Na pesquisa de campo é notória a visão dos entrevistados, que concordam com a existência do racismo em sala de aula, no entanto eles também procuram evidenciar o papel do professor como um instrumento eficiente no combate do mesmo. Petronília Silva (2013) afirma que os professores devem ser formados para ensinarem pensando em um projeto de sociedade onde toda população brasileira tenha direito de participar dos níveis de decisão do rumo dessa sociedade, isto é, democraticamente organizada em seu bojo social.

Segundo Petronília Silva (2013), quando estamos ensinando na perspectiva do parecer do Conselho de Educação, do Movimento Negro ou Indígena, estamos trazendo um outro projeto de sociedade, pois o projeto de sociedade das Ações Afirmativas é aquele em que todos realmente tenham uma participação efetiva.

Para os entrevistados é de suma importância que o professor procure discutir o tema na escola, que aponte caminhos não se silenciando diante das situações de racismo no cotidiano da escola. Nesse sentido:

Gomes (2005), destaca a importância do conhecimento da história e cultura negra e aquisição de saberes voltados para a temática de modo a intervir de forma significativa nesta realidade, é preciso ter conhecimento sobre o tema para intervir de forma eficaz, repensando sua prática pedagógica e o papel do educador no cotidiano da escola.

Os acadêmicos salientaram ainda a importância da realização de projetos e a efetivação de políticas públicas de combate ao racismo, assim como a *práxis* do diálogo franco para fomentar valores e respeito ao outro. Diálogo aqui pensado na perspectiva de Síveres (2018) que:

O diálogo sempre foi uma característica inerente ao ser humano e um elemento essencial das relações institucionais. Tem sido também o fio condutor de todo processo de construção de conhecimento, em especial daqueles que possuem como princípio orientador um recorte mais humanitário. (p. 12).

Esse diálogo se faz muito importante na prática cotidiana do professor que procura trabalhar o tema, no entanto os entrevistados mencionam o fato de algumas escolas e professores apenas abordarem o tema apenas no dia da consciência negra, ou libertação dos escravos, passando o resto do ano sem trabalhar a questão do racismo e preconceito.

O racismo é um sentimento de negatividade em relação ao outro, que discrimina o diferente. Em nome desse sentimento muitas atrocidades já foram feitas pela humanidade e contra a humanidade.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

Alguns autores minimizam o impacto do racismo no Brasil quando enfoca que ele é comum em muitas sociedades humanas, banalizando a discriminação advinda do racismo. Fato também presente na fala de alguns dos entrevistados, quando encaram com normalidade a existência do racismo em sala de aula.

Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas, quanto na ausência da história positivado povo negro no Brasil.

As pessoas não nascem preconceituosas, nessa ótica, essa prática é aprendida e construída socialmente. Portanto, a perpetuação do preconceito racial em nosso país evidencia a vivência de um sistema social racista que tem estruturas para operar as desigualdades raciais dentro da sociedade

A discriminação racial é a efetivação, a consubstanciação do racismo e do preconceito racial. Gomes (2005, p. 54) alerta que, “enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam”.

Partindo dessa conceituação indagou-se também: o racismo, preconceito e discriminação são a mesma coisa? Em sua opinião, qual a relação entre eles, e de que forma, o professor pode desenvolver uma prática educativa que promova uma educação antirracista? Abaixo transcrevemos algumas respostas do grupo de alunos formando em Pedagogia das duas instituições:

*Não, racismo seria o desrespeito pela cor, etnia. Discriminação seria separação, ser deixado de lado por sua cor ou etnia, preconceito seria fazer um pré-conceito sem conhecer o outro. (Entrevistado 40).*

*Não, o racismo vem da cor da pele negro, branco, já o preconceito seja de opção social e a discriminação vem até mesmo da classe social, embora os três andem juntos. E com isso o professor pode trabalhar com atividades que promovam uma ação educativa. (Entrevistado 42).*

*Não são a mesma coisa. Racismo é por causa da cor da pessoa, preconceito é por alguma escolha pessoal, exemplo ser gay ou lésbica, etc. e discriminação é você discriminar uma pessoa por ser gorda, magra demais etc. O professor pode desenvolver uma prática de acordo com a necessidade da turma. (Entrevistado 60).*

*Não, o racismo é cor; preconceito e discriminação, situação financeira, cultura e religião. A relação é que todas elas fazem com que o indivíduo sofra tanta violência verbal, física e até espiritual. (Entrevistado 62).*

*Não o racismo vem da cor, o preconceito vem de alguma opção da pessoa, que a outra não concorda e a discriminação no meu ponto de vista é quando a pessoa comete um erro e se sente discriminado pelos outros, excluído São formas diferentes, mas que o professor deve trabalhar cada uma delas de forma que mostre os alunos que nenhuma delas os torna melhor que ninguém. Nossos direitos são os mesmos. (Entrevistado 71).*

*Sim, todos sofrem o mesmo preconceito e o mesmo bullying. O professor deveria trabalhar muitas atividades que os ensinam a compreender que somos todos iguais e que não importa a cor. (Entrevistado 72).*

Com base nas análises das entrevistas, pode-se perceber que é fundamental o papel do professor e da educação, sendo salutar a atuação da comunidade acadêmica das IES, especialmente aquelas que possuem cursos de Licenciatura, tanto em relação à gestão do conhecimento possibilitando o aprofundamento da temática da educação das relações étnico-raciais, quanto à revisão do Projeto-Político Pedagógico das IES e das matrizes curriculares dos cursos, organizando uma prática pedagógica que contribua para a formação humana, bem como trabalhar nas práticas de profissionais que atuam em prol de uma educação antirracista.

O artigo 1º da resolução determina que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana devem ser observadas, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. O mesmo dispositivo prevê, ainda, que as IES, respeitado o princípio da autonomia, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, de acordo com o Parecer CNE/CP 3/2004. (MONTEIRO, 2006, p.123)

Partindo dessas observações, foi perguntado aos alunos concluintes do curso de Pedagogia: de que forma a instituição de ensino superior tem contribuído para a sua formação de professor de modo a viabilizar reflexões sobre a questão étnico-racial, instrumentalizando-o para atuar no campo educacional, e de que forma a sua atuação irá contribuir com uma educação antirracista? A seguir transcrevemos as respostas que consideramos mais ilustrativas.

*Neste momento em que me encontro posso dizer que a instituição de ensino, a qual estudo tem contribuído muito na minha formação, porque no dia-a-dia, nas mídias vemos e ouvimos situações que abalam, entristece que nos faz perguntar o que fazer para mudar. É aí que percebo o quanto é significativo estudar e refletir sobre a questão étnico-racial, que hoje me preparo para que eu possa um dia atuar em qualquer área que seja, tanto na escola ou fora dela, de maneira consciente de que somos seres humanos e todos são dignos de respeito e principalmente que se faça valer*



*que o meu saber, a minha experiência não deverá jamais desprezar os outros. (Entrevistado 02).*

*Se as instituições de formação de professores conseguirem formar professores com essa visão da questão étnico-racial, as crianças e os adultos não sofreram tanto, pois saberão argumentar em relação a sua cultura. (Entrevistado 06).*

*O nosso olhar está sendo diferenciado através das práticas educativas dos professores do ensino superior, e assim como nós estamos conhecendo outra ação pedagógica, certamente não deixaremos os alunos despreparados. O professor pode e tem o poder de mudar o pensamento construído pelo aluno, desde que saiba mostrar sua capacidade profissional que busca interagir com seus educandos de forma a trazer outra realidade quanto à cultura distorcida dos negros e índios. (Entrevistado 21).*

*A instituição vem promovendo diversos eventos onde o negro e o índio é valorizado por tudo que eles representam e representaram para a nossa sociedade, assim como as aulas, discussões e momentos de degustação de vários pratos para lembrar a aculturação. (Entrevistado 34).*

*O ensino superior tem contribuído e muito para que essa realidade possa mudar. Leva o acadêmico a ter conhecimento da lei 10.639/03 e 11.645/08 e leva para o contexto social uma diferente visão sobre o negro e índio, suas lutas e conquistas ao longo dos anos. Esta disciplina fez com que eu aprofundasse meus conhecimentos acerca dessa temática e levasse para dentro da sala de aula a responsabilidade de transmitir para meus alunos estes conhecimentos. (Entrevistado 35).*

Todo o universo da pesquisa, ou seja, os setenta e quatro alunos concluintes dos cursos de Pedagogia das duas IES pesquisadas demonstraram estarem muito satisfeitos com a maneira com que as instituições estão efetivando as suas formações iniciais no que tange aos conhecimentos proporcionados pelas disciplinas de Educação étnico Racial e História e cultura afro-brasileira, inseridas nas grades curriculares dos cursos das IES. E sinalizam para práticas de sala de aula que vão além dos livros de teorias. Para ilustrar esse grau de satisfação transcrevemos a fala do (Entrevistado 25):

*Confesso que estou encantada com a disciplina, são conhecimentos teóricos que não imaginava que existia. Gostaria muito de ter tido a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o assunto que está sendo exposto para nós. [...] e hoje foi uma prova de que vale a pena pesquisar e refletir, pois para ter a culminância foi necessário pesquisar sua origem quando, onde é por que. Como foi prazeroso ouvir os nossos colegas falar de nossa disciplina, essa roda de conversa contribui muito para cada vez mais aprimorar os meus conhecimentos.*

Além de avaliarem de forma extremamente positivas as disciplinas e as práticas pedagógicas ofertadas pelas IES, os alunos afirmam que as instituições vêm promovendo regularmente eventos que buscam construir uma formação no educando que valorizem a história do índio e do negro; e que acima de tudo, essas instituições estão preocupadas em instrumentalizar o futuro professor para trabalhar a temática.

Neste sentido, salienta-se o papel da escola na formação da sociedade e na construção de conhecimentos/pensamentos voltados para uma educação antirracista, que valorize a diversidade e as diversas etnias que compõem a sociedade brasileira, bem como, contribuam para o fortalecimento da identidade negra e cultural. Gomes (2005) pondera que:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (p.43).

Observa-se que a identidade é dinâmica, isto é, ela é construída e reconstruída socialmente ao longo do tempo, podendo contribuir, a depender da forma como é trabalhada em sala de aula, para o fortalecimento identitário dos alunos, ou estimular sua negação. Ela é construída no plano simbólico e o considerar-se negro ou preto significa muito mais que admitir uma cor de pele, ou traços físicos, estendendo-se a questões políticas e de auto reconhecimento.

Pensando nesta questão, observa-se que a escola colabora de forma significativa para trabalhar esta questão e contribuir para minimizar o preconceito e o racismo no seio da sociedade, respeitando os direitos humanos e as liberdades individuais. Todavia, percebemos haver ainda muita dificuldade na aplicabilidade dessas Leis. Partindo dessa premissa, é que se buscará incursionar pelo universo da pesquisa e ver representações de professores em formação sobre essa questão do racismo e das dificuldades encontradas para a realização de trabalhos centralizados na educação das relações étnico raciais.

Buscou-se compreender também como os professores dos alunos concluintes têm contribuído para a realização de reflexões sobre a identidade negra, etnicidade, história e memória, de forma a contribuir para a educação Étnico-racial.

*Os professores têm primeiro de tudo evidenciado a cultura, como ela surgiu, quais os tipos de cultura dentro de uma mesma raça. Eles têm nos mostrado a importância de conhecer a cultura afro-brasileira e como nosso país e nossa cultura é resultado da miscigenação e da influência africana e indígena, pois temos a tendência a criarmos um preconceito com aquilo que não conhecemos. Ao conhecermos passamos a respeitar e deixar de lado tudo que nos prende ao racismo de discriminação. (Entrevistado 43).*

*Temas referentes sempre foram mencionados parcialmente durante várias disciplinas, no entanto, apenas na disciplina Étnico-racial o tema foi abordado de forma aberta e clara. O tema é imprescindível não apenas para o exercício de minha profissão, mas constitui-se um conhecimento para a vida. (Entrevistado 46).*

*Com total contribuição, fornecendo conhecimentos de todas as culturas, me levando ao passado, me fornecendo informações de toda a história do país, de antigamente aos dias atuais. Não deveria existir “classificação” de raças, como todos iguais. (Entrevistado 48).*

As respostas dos estudantes de Pedagogia das duas intuições demonstram que a universidade contribui de forma significativa para minimizar o preconceito e o racismo no seio da sociedade, capacitando o futuro professor para trabalhar essas questões. Conseqüentemente contribui também para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. (SILVA, GONÇALVES, ZAGANELLI) Fato que fica evidenciado nas respostas abaixo:

*É mister dizer que várias contribuições me foram dadas. Porém acredito que irá contribuir muito, pois o conhecimento não é neutro e se adquire a todo o momento. [...] quero como profissional ser um exemplo para meus alunos, o que acredito ter como maior poder o diálogo e a verdade “nua e crua”. (Entrevistado 54).*

*Incentivando o conhecimento dos termos e no auxílio da aplicação da teoria na prática da sala de aula. A experiência desses professores transmitida a nós durante as aulas tem promovido um grande enriquecimento dessa disciplina. (Entrevistado 64).*

*Os professores têm contribuído significativamente para o meu conhecimento. Ainda estou na fase de descoberta, mas as aulas que estão por vir trará ainda mais conhecimento imprescindível para a minha construção em relação à Educação Étnico-racial. (Entrevistado 70).*

Categorizando as respostas dos entrevistados verifica-se que o termo “conhecimento” está presente em todas as respostas, evidenciando-se assim a importância do “capital cultural” do professor como instrumento de combate ao racismo presente em sala de aula. Quer seja do professor em formação, quer seja do professor formador do novo professor. Conforme Petronília Silva (2013), a lei 10.639/03 visa criar condições para que todos exerçam o poder de decidir na sociedade. Certamente a construção do conhecimento das histórias afro-brasileiras e africanas acabaram por conduzir que todos sejam respeitados e que todos finalmente aprendam a compartilhar o poder e a traçar os destinos de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Considerações Finais**

Ao tecer as considerações finais do presente estudo, apontam-se mais inquietações que respostas, levando em consideração a urgência de se pensar a temática e sua relevância no âmbito educacional, social e cultural.

O contato com o público acadêmico, seja na docência, ou na pesquisa, instiga a pensar o papel da Universidade, das instituições de ensino na Educação Básica e na formação de pessoas que poderão ou não intervir de forma a minimizar o racismo na sociedade brasileira, no caso específico, nas pessoas que compõem o plano de observação do presente estudo.

Observa-se a relevância do trabalho e a articulação entre educação e identidade negra e como estas questões exigem conhecimentos, reflexões, ações, formação política, novos

posicionamentos e posturas por parte de professores, tanto da educação básica quanto do ensino superior que, requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social.

Portanto, a escola (no caso as faculdades pesquisadas) necessita adotar medidas que garantam o trabalho efetivo em prol de uma educação antirracista e promovam reflexões sobre a importância de seus papéis sociais na formação desses professores, uma vez que são eles que irão atuar no cotidiano nas diversas instituições de ensino. E que “abordar a questão dialógica na educação antirracista é pensar na questão do ‘outro’, no respeito às diferenças e, conseqüentemente, o papel da educação nesse processo.” (BRIGOLA; GONÇALVES; SILVA, 2018, p.107, destaque no original).

É preciso repensar no quanto se avançou no âmbito das políticas públicas na implantação de uma educação antirracista, fazendo-se necessário, estabelecer novas metas e ver quais desafios ainda é preciso enfrentar para dar continuidade aos trabalhos e ampliar as ações. Nessa perspectiva, faz-se necessário pensar o papel da escola e do professor no combate ao racismo e na construção de representações positivas sobre o negro, problematizando a questão racial, desigualdade e discriminação que ainda persiste na sociedade brasileira.

Os dados colhidos em campos sinalizam uma efetiva prática do ensino de histórias afro-brasileiras e africanas nas duas IES que fundamentaram a coleta de dados. Mas, certamente, esse é apenas um primeiro passo para a construção de uma cultura antirracista no Noroeste de Minas Gerais. É de suma importância que os novos professores construam um projeto de formação de uma sociedade, onde se reconhece a diversidade e o direito do outro, principalmente o direito à diferença e a igualdade de oportunidades.

## Referências

ANJOS, R. S. A. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (org.). *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: MEC-Secad, 2006, p.81–103.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº3, de 10 de abril de 2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 10.639/2003. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 11.645/2008. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 20 de jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BRIGOLA, J.; GONÇALVES, M. C. S.; SILVA, R. J. B. Diálogo e educação étnico-racial: pensar para transformar. In: SÍVERES, L.; VASCONSELOS, I. C. O. (Org.). *Diálogo: um processo educativo.* Brasília: Cidade Gráfica Editora, 2018. p.107-128.

CAVALLEIRO, E. Valores Civilizatórios: Dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: BRASIL. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.* Brasília: SECAD, 2006.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo, Niterói*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 de jun. de 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Industrial de Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.* Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 28).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016.* Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298887>>. Acesso em 20 jul de 2020

MESA REDONDA: "Dez anos da Lei 10.639/03: balanços e perspectivas" com Nilma Lino GOMES (UFMG) e Petronilha B. Gonçalves SILVA (UFSCar), organizada no dia 19 de abril de 2013 pelo NAP Brasil África. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8WbLZOPcXUs>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

MONTEIRO, R. B. Licenciaturas. In: BRASIL. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

PEREIRA, A. A. O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. *Revista Contemporânea de Educação*. vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016. DOI: <<https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3452>>

SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; ZAGANELLI, Margareth Vetus. Educação antirracista e direitos humanos: estudo de caso em uma escola estadual de ensino fundamental no município de João Pinheiro. In: FARIA, Denilda Caetano de; et.al.(org.). *Educação História e Memória: formação de professores em diferentes espaços culturais*. Goiânia: Ed da PUC de Goiás, 2016. p. 219-240.

SÍVERES, L. *Universidade: Torre ou Sino?* Brasília: Universa, 2006.

SÍVERES, L.; VASCONSELOS, I. C. O. (Org.). *Diálogo: um processo educativo*. Brasília: Cidade Gráfica Editora, 2018.